Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Lacan Florestal III Feeder Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

(CNPJ nº 33.270.002/0001-50)
(Administrado pelo Banco Genial S.A.)
Demonstrações financeiras em
28 de fevereiro de 2025
e relatório do auditor independente

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e ao Administrador
Lacan Florestal III Feeder Private Fundo de Investimento
em Participações Multiestratégia
(Administrado pelo Banco Genial S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Lacan Florestal III Feeder Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 28 de fevereiro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

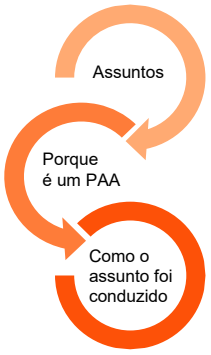
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 28 de fevereiro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua do Russel, 804, 7º, Ed. Manchete,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 22210-907
T: +55 (11) 4004-8000

www.pwc.com.br

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor justo dos investimentos em cotas de fundos de investimento (Notas 3 (e) e 5)	
Conforme apresentado na demonstração da posição financeira em 28 de fevereiro de 2025, os recursos do Fundo estão, substancialmente, aplicados em cotas de fundo de investimento (Fundo Investido) que, por sua vez, aplica em ações de companhias de capital fechado e sem mercado ativo. A mensuração do valor justo das aplicações em ações de companhias de capital fechado do Fundo Investido envolve julgamento e considera a metodologia de avaliação de acordo com a abordagem de rentabilidade futura por meio do fluxo de caixa descontado. A mensuração do valor justo destes investimentos detidos pelo Fundo Investido foi considerada uma área de foco de auditoria devido à sua subjetividade e relevância no contexto das demonstrações financeiras, com o envolvimento de julgamento, por parte da administração e de empresa especializada contratada para elaboração do laudo de avaliação do valor justo dos investimentos.	Nossos procedimentos consideram, entre outros, o entendimento do processo adotado pela administração do Fundo Investido para a mensuração do valor justo do investimento em companhia de capital fechado considerando as diretrizes estabelecidas nas normas aplicáveis aos fundos de investimento em participações. Com o auxílio de nossos especialistas em mensuração de ativos dessa natureza, testamos a metodologia de cálculo e analisamos as premissas adotadas pela administração do Fundo Investido e pela empresa especializada na construção do modelo de precificação das companhias de capital fechado, bem como o alinhamento dessas premissas e desse modelo com as práticas usualmente utilizadas pelo mercado e reperformamos os cálculos preparados pela empresa especializada. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para mensuração do valor justo desse investimento do Fundo divulgados nas demonstrações financeiras são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A continuidade das operações de um fundo de investimento é, adicionalmente, dependente da prerrogativa dos cotistas em resgatar suas cotas nos termos do regulamento do Fundo.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Lacan Florestal III Feeder Private Fundo de Investimento
em Participações Multiestratégia
(Administrado pelo Banco Genial S.A.)

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Pedro Sousa
Signed By: PEDRO HENRIQUE PEREIRA DE SOUSA:12116438745
CPF: 12116438745
Signing Time: 04 de julho de 2025 | 16:12 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
C: BR
Issuer: AC Certisign RFB G5

Pedro Henrique Pereira de Sousa
Contador CRC 1RJ119141/O-8

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Lacan Florestal III Feeder Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 33.270.002/0001-50
(Administrado pelo Banco Genial S.A.)
CNPJ: 45.246.410/0001-55

Demonstração da posição financeira

Em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

		28/02/2025			29/02/2024		
Aplicações / Especificação	**Nota**	**Quantidade**	**Valor contábil**	**% sobre o patrimônio líquido**	**Quantidade**	**Valor contábil**	**% sobre o patrimônio líquido**
Disponibilidades			**4**	**-**		**4**	**-**
Banco Genial S.A.	13		4	-		4	-
Operações compromissadas			**949**	**1,03**		**144**	**0,18**
Letra Financeira do Tesouro		59	949	1,03	10	144	0,18
Titulos Públicos Federais			**3.421**	**3,71**		**3.628**	**4,54**
Letra Financeira do Tesouro	4	212	3.421	3,71	250	3.628	4,54
Cota de fundo de investimento							
Participações			**89.148**	**96,81**		**78.555**	**98,26**
Lacan Florestal III Master FIP Multiestratégia	5	6.091,76	89.148	96,81	5.492,07	78.555	98,26
Total do ativo			**93.522**	**101,55**		**82.331**	**102,98**
Valores a pagar			**1.435**	**1,55**		**2.383**	**2,98**
Taxa de administração e gestão	10 e 14		117	0,12		110	0,14
Taxa de performance	10		1.296	1,41		2.273	2,84
Auditoria e custódia			22	0,02		-	-
Total do passivo			**1.435**	**1,55**		**2.383**	**2,98**
Patrimônio líquido			**92.087**	**100,00**		**79.948**	**100,00**
Total do passivo e do patrimônio líquido			**93.522**	**101,55**		**82.331**	**102,98**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Lacan Florestal III Feeder Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 33.270.002/0001-50
(Administrado pelo Banco Genial S.A.)
CNPJ: 45.246.410/0001-55

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Exercício findo em 28/02/2025	Exercício findo em 29/02/2024
Títulos de renda fixa e outros valores mobiliários		**512**	**480**
Operações compromissadas		114	174
Resultado com títulos de renda fixa		398	306
Cotas de fundos de investimentos		**4.596**	**13.030**
Resultado com aplicações em cotas de fundos		4.596	13.030
Outras receitas		**977**	**-**
Reversão de taxa performance		977	-
Demais despesas		**(1.557)**	**(2.839)**
Remuneração da Administração e Gestão	**10|14**	(1.445)	(1.377)
Taxa de performance	**10**	-	(1.402)
Despesas de publicações	**12**	(3)	-
Taxa de fiscalização - CVM	**12**	(20)	(11)
Auditoria e custódia	**12**	(89)	(49)
Resultado do exercício		**4.528**	**10.671**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Lacan Florestal III Feeder Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 33.270.002/0001-50
(Administrado pelo Banco Genial S.A.)
CNPJ: 45.246.410/0001-55

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em 28/02/2025	Exercício findo em 29/02/2024
Composição do resultado do exercício		
Resultado do exercício	**4.528**	**10.671**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado do abrangente do exercício	**4.528**	**10.671**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Lacan Florestal III Feeder Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 33.270.002/0001-50
(Administrado pelo Banco Genial S.A.)
CNPJ: 45.246.410/0001-55

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

	Notas	Cotas integralizadas	Lucro/ (prejuízo) acumulado	Total
Em 28 de fevereiro de 2023				
3.087,80 cotas a R$ 12.577,0801 cada		**30.877**	**7.958**	**38.835**
Cotas integralizadas				
3.044,20 cotas	8	30.442	-	**30.442**
Resultado do exercício		-	10.671	**10.671**
Em 29 de fevereiro de 2024				
6.132,01 cotas a R$ 13.037,8267 cada		**61.319**	**18.629**	**79.948**
Cotas integralizadas				
761,12 cotas	8	7.611	-	**7.611**
Resultado do exercício		-	4.528	**4.528**
Em 28 de fevereiro de 2025				
6.893,12 cotas a R$ 13.359,2402 cada		**68.930**	**23.157**	**92.087**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Lacan Florestal III Feeder Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

CNPJ: 33.270.002/0001-50

(Administrado pelo Banco Genial S.A.)
CNPJ: 45.246.410/0001-55

Demonstração dos fluxos de caixa - Método direto

Exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Exercício findo em 28/02/2025	Exercício findo em 29/02/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Pagamento de taxa de administração e gestão	**10|14**	(1.437)	(1.364)
Pagamento de taxa de fiscalização - CVM		(20)	(9)
Pagamento de taxa anbima		(4)	-
Pagamento de despesa de auditoria e custódia		(67)	(49)
Caixa líquido das atividades operacionais		**(1.528)**	**(1.422)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resultado com operações compromissadas		114	174
Compra de Títulos de Renda Fixa		(599)	(4.319)
Venda de Títulos de Renda Fixa		1.204	4.915
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimentos		(5.997)	(29.816)
Caixa líquido das atividades de investimento		**(5.278)**	**(29.046)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Emissão de cotas	**8**	7.611	30.442
Caixa líquido das atividades de financiamento		**7.611**	**30.442**
Variação no caixa e equivalentes de caixa		**805**	**(26)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		148	174
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		953	148

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

1 Contexto operacional

O Lacan Florestal III Feeder Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo") foi constituído em 28 de março de 2019 sob a forma de condomínio fechado com prazo de duração de 10 anos. O prazo de duração do Fundo poderá ser alterado em caso de liquidação antecipada ou prorrogado mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas.

O Fundo iniciou suas operações em 11 de março de 2020 e tem como objetivo proporcionar a seus cotistas a melhor valorização possível de suas cotas, mediante o direcionamento de, no mínimo 95% de seus investimentos para a aquisição ou subscrição de Cotas de emissão do Lacan Florestal III Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Lacan Florestal III Master FIP" ou "FIP Master"), cujo CNPJ é 32.527.761/0001-92.

Os recursos não investidos na forma de participação no Lacan Florestal III Master FIP, poderão ser aplicados em títulos de renda fixa de emissão do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil ou em Certificado de Depósito Bancário emitidos pelas 5 maiores instituições financeiras em termos de ativos, conforme dados do Banco Central do Brasil.

O Fundo é destinado a investidores profissionais, assim entendidos as pessoas naturais ou jurídicas brasileiras ou estrangeiras, que se enquadrem no conceito de investidor profissional, nos termos do Artigo 9-A da Instrução nº 539.

A Administração do Fundo, com base na Instrução CVM nº 579, avaliou e classificou o Fundo como "Entidade de Investimento" e por esse motivo elabora exclusivamente demonstrações financeiras individuais. A classificação foi definida considerando-se os seguintes julgamentos e premissas aplicáveis às entidades de investimentos, conforme definido pela referida norma:

- O Fundo obtém recursos de um ou mais investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado, que possui plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, não sendo obrigado consultar os cotistas para essas decisões e tampouco indicar os cotistas ou partes a eles ligadas, como representantes nas entidades investidas. Quanto a plena discricionariedade, não se caracterizam os casos em que os cotistas deliberem sobre propostas encaminhadas pelo gestor, por meio de comitê de investimento, em relação às decisões inerentes à composição da carteira do Fundo;

- O Fundo se compromete com os investidores com o objetivo de investir os recursos unicamente com o propósito de retorno através de apreciação do capital investido, renda ou ambos;

- O Fundo substancialmente é mensurado e avaliado quanto ao desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo;

- O Fundo define em seu Regulamento estratégias para o desinvestimento, assim como

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

a possibilidade de propor e realizar, dentro do prazo estabelecido nas estratégias, o desinvestimento, de forma a maximizar o retorno para os cotistas.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, da Gestora, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do Patrimônio Líquido do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos cotistas.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações - FIP e demais orientações emanadas da Comissão de valores mobiliários - CVM, especialmente pela Resolução CVM 175/22 e pela Instrução CVM nº 579/16 e alterações posteriores.

Conforme previsto na nota explicativa nº 18, o Fundo encontra-se em processo de adaptação aos novos requerimentos da Resolução CVM nº 175/22, com prazo máximo para adequação em 30 de junho de 2025.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizados premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como avaliação dos investimentos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Aprovação das demonstrações financeiras:

Em 4 de julho de 2025, as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gestora e pelo Administrador do Fundo.

3 Descrição das principais políticas contábeis significativas

a. Caixa e equivalente de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento com liquidez imediata e com risco insignificante de perda de mudança de seu valor de mercado.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e as operações compromissadas. Em 28 de fevereiro de 2025 o saldo de caixa e equivalentes de caixa é de R$ 953 (2024 – R$ 148).

b. Operações compromissadas

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago acrescido dos rendimentos auferidos ou pelo valor efetivamente recebido acrescido dos juros incorridos com base na taxa de remuneração, reconhecidos no resultado na rubrica de “Operações compromissadas”.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

c. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa do Fundo são apresentadas pelo método direto.

d. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional do Fundo é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

e. Títulos e valores mobiliários

Títulos de renda fixa

De acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, os ativos financeiros são classificados de acordo com a intenção de negociação do Administrador, assim o Administrador classificou ativos financeiros na seguinte categoria, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Ativos para negociação - Aqueles adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados sobre esses ativos são reconhecidos no resultado do período e apropriados de acordo com o regime de competência.

Os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, ajustado diariamente ao valor justo. Os títulos públicos federais são ajustados ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

f. Cotas de fundos

As cotas de fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos fundos de investimento, e estão classificadas na categoria de "Títulos para negociação". A valorização e/ou a desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em "Resultado com aplicações em cotas de fundos".

g. Outros ativos e passivos

Os valores a receber e as obrigações são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos.

h. Receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia".

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

4 Títulos e valores mobiliários

a. Composição da carteira - títulos de renda fixa

Em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024, os investimentos do Fundo classificados como títulos para negociação são resumidos como segue:

Descrição	Quantidade	Valor justo em 28/02/2025	Vencimento	
			Até 12 meses	Acima de 12 meses
Letra Financeira do Tesouro - LFT	212	3.421	-	3.421
Total	**212**	**3.421**	**-**	**3.421**

Descrição	Quantidade	Valor justo em 29/02/2024	Vencimento	
			Até 12 meses	Acima de 12 meses
Letra Financeira do Tesouro - LFT	250	3.628	-	3.628
Total	**250**	**3.628**	**-**	**3.628**

5 Cotas de fundo de investimento

Em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024, o investimento em cotas de fundo de investimento está composto da seguinte forma:

Fundo	Administrador	Quantidade	Valor Contábil 28/02/2025	% do PL do Fundo
Lacan Florestal III Master FIP	Banco Genial S.A.	6.091,76	89.148	17,11%

Fundo	Administrador	Quantidade	Valor Contábil 29/02/2024	% do PL do Fundo
Lacan Florestal III Master FIP	Banco Genial S.A.	5.492,07	78.555	17,11%

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Fundo	Quantidade	Valor Contábil 28/02/2025
Lacan Florestal III Master FIP	6.091,76	89.148

Fundo	Quantidade	Valor Contábil 29/02/2024
Lacan Florestal III Master FIP	5.492,07	78.555

Conforme consta nas demonstrações financeiras do Lacan Florestal III Master FIP, de 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024, os investimentos do Lacan Florestal III Master FIP são representados principalmente por ações de companhias fechadas que não são cotadas em mercado ativo e estão registradas pelo seu valor justo.

Demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras do Lacan Florestal III Master FIP de 28 de feveiro de 2025 foram auditadas pelo mesmo auditor do Fundo com relatório de auditoria sem modificação de opinião, datado de 4 de julho de 2025.

Composição dos investimentos do Lacan Florestal III Master FIP

(i) Imbuia Florestal S.A.

Contexto operacional
A Imbuia Florestal S.A. ("Imbuia"), CNPJ: 36.940.160/0001-68, é uma sociedade por ações regida pelo estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. A Imbuia foi constituída em 15 de abril de 2020 e tem sede em Joinville, Estado de Santa Catarina. A Imbuia tem o Fundo como acionista majoritário, com 99,99% das ações. A Imbuia tem por objetivo a realização, o manejo e a gestão de florestas plantadas para fornecimento de madeira de eucalipto, madeira de pinus e outras espécies visando geração de energia em usinas, extração de madeiras em florestas plantadas e a gestão de atividades administrativas e de vendas.

A Imbuia iniciou suas operações em dezembro de 2020, com o projeto de florestas plantadas de eucalipto para fornecimento de madeira para a indústria de geração de energia em usinas, comércio atacadista de madeira e de produtos e subprodutos florestais.

Atualmente estão vigentes projetos firmados com proprietários privados de áreas rurais e empresa de gestão florestal.

O crescimento esperado da Imbuia tem base na expansão e amadurecimento dos projetos existentes, assim como na contínua prospecção de novos projetos e o constante relacionamento com novos potenciais compradores de madeira de eucalipto e pinus, para, assim que estes estiverem disponíveis, a venda seja efetivada.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

A administração da Imbuia avalia, constantemente, as necessidades de caixa para suas operações, que podem ser obtidas por meio de empréstimos de terceiros, contribuições de capital e/ou empréstimos de acionistas. A administração da Imbuia continuará dependendo do suporte financeiro dos seus acionistas para a execução do seu plano de negócio.

Valor justo
Em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024, o investimento do Fundo em ações da Imbuia Florestal S.A. estava avaliado pelo seu valor justo. Os laudos de avaliação do valor justo da Imbuia foram elaborados pela Consufor – Consultoria e Avaliações Ltda. ("Consufor"), uma empresa de consultoria especializada em negócios de base florestal. No desenvolvimento de consultoria na área de valuation, a Consufor dispõe de amplo arcabouço técnico e vasta experiência de seus associados, atendendo empresas nacionais e internacionais.

A metodologia utilizada na avaliação da Imbuia Florestal S.A. foi o fluxo de caixa descontado das receitas estimadas com a venda de madeira das florestas, considerando uma taxa de desconto de 8,11% (8,04% em 2024). O período projetado para avaliação do valor justo foi de 34 anos (35 anos em 2024). O estudo teve como data efetiva a posição patrimonial da Imbuia em 31 de dezembro de 2024 (2024: 31 de dezembro 2023), com relatório emitido em 7 de março de 2025 (2024: 01 de fevereiro de 2024).

A Gestão e a Administração não identificaram eventos relevantes, entre a data de elaboração do laudo de avaliação econômico-financeira e a data-base do Fundo, que pudessem impactar o valor justo da Imbuia em 28 de fevereiro de 2025.

O valor final da empresa representa a soma do valor presente líquido ("VPL") do fluxo de caixa projetado mais o valor de liquidação do saldo final do capital de giro ao final do horizonte de análise, mais o saldo contábil, em 31 de dezembro de 2024, de disponibilidades (caixa, bancos e *aplicações* financeiras de curto prazo) menos o valor presente das dívidas da empresa.

Demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras da Imbuia Florestal S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas pelo mesmo auditor do Fundo, com relatório de auditoria sem modificação de opinião, datado de 12 de maio de 2025 (2023: sem modificação de opinião em 15 de maio de 2024).

(ii) Ápice Florestal S.A.

Contexto operacional
A Ápice Florestal S.A. ("Ápice"), CNPJ: 42.596.200/0001-07, é uma sociedade por ações regida pelo estatuto social e pelas disposições aplicáveis. A Ápice foi constituída em 06 de julho de 2021 e tem sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. O Fundo detém 99,99% de participação no capital social da Ápice, que tem por objetivo (i) a realização, o manejo e a gestão de florestas plantadas para fornecimento de madeira de eucalipto, madeira de pinus e outras espécies para as seguintes finalidades: (a) geração de energia em usinas; (b) indústria de

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

celulose; (c) painéis de madeira; (d) serraria; (e) extração de resinas; (ii) comércio atacadista de madeiras de florestas plantadas e produtos derivados; (iii) extração de madeiras em florestas plantadas e nativas; (iv) extração de produtos florestais de florestas nativas; (v) cultivo de eucalipto; (vi) cultivo de pinus; (vii) compra de imóveis rurais e venda de imóveis rurais próprios; e (viii) aluguel de árvores para extração de resina.

Valor justo
Em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024, o investimento do Fundo em ações da Ápice Florestal S.A. estava avaliado pelo seu valor justo. Os laudos de avaliação do valor justo da Ápice foram elaborados pela Consufor, uma empresa de consultoria especializada em negócios de base florestal. No desenvolvimento de consultoria na área de valuation, a Consufor dispõe de amplo arcabouço técnico e vasta experiência de seus associados, atendendo empresas nacionais e internacionais.

A metodologia utilizada na avaliação da Ápice Florestal S.A. foi o fluxo de caixa descontado das receitas estimadas com a venda de madeira das florestas, considerando uma taxa de desconto de 8,11% (2024: 8,04%). O período projetado para avaliação do valor justo foi de 15 anos (15 anos em 2024). O estudo teve como data efetiva a posição patrimonial da Ápice em 31 de dezembro de 2024 (2024: 31 de dezembro de 2023), com relatório emitido em 7 de março de 2025 (2024: 01 de fevereiro de 2024).

A Gestão e a Administração não identificaram eventos relevantes, entre a data de elaboração do laudo de avaliação econômico-financeira e a data-base do Fundo, que pudessem impactar o valor justo da Ápice em 28 de fevereiro de 2025.

O valor final da empresa representa a soma do valor presente líquido ("VPL") do fluxo de caixa projetado mais o valor de liquidação do saldo final do capital de giro ao final do horizonte de análise, mais o saldo contábil, em 31 de dezembro de 2024, de disponibilidades (caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo) menos o valor presente das dívidas da empresa.

Demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras da Ápice Florestal S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (2023: 31 de dezembro de 2023), foram auditadas pelo mesmo auditor do Fundo com relatório de auditoria sem modificação de opinião, datado de 12 de maio de 2025 (2023: sem modificação de opinião em 15 de maio de 2024).

(iii) Nova Austrália Florestal S.A.

Contexto operacional
A Nova Austrália Florestal S.A. ("Nova Austrália"), CNPJ: 39.536.499/0001-91, é uma sociedade por ações regida pelo estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. A Nova Austrália foi constituída em 23 de outubro de 2020 e tem sede em Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul. A Nova Austrália tem o Fundo como acionista majoritário, com 99,99% das ações.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

A Nova Austrália tem por objetivo a realização, manejo e gestão de florestas de eucalipto para fornecimento de madeira para venda à indústria de celulose e papel, comércio atacadista de madeiras de eucalipto para a indústria de celulose e papel, comércio atacadista de madeiras nativas e de produtos florestais e subprodutos florestais e a gestão de atividades administrativas e de vendas. A Nova Austrália encontra-se em fase de desenvolvimento de suas operações. Em 19 de março de 2021, a Nova Austrália firmou contrato de parceria agrícola e compromisso de venda da madeira com a Suzano Celulose S.A. ("Suzano"). Este instrumento têm o objetivo de estabelecer uma parceria agrícola onde a Nova Austrália é responsável pela implantação e manutenção da floresta de eucalipto até a data da colheita e a Suzano por disponibilizar as áreas para o plantio, além de se comprometer a comprar a madeira produzida.

O crescimento esperado da Nova Austrália tem base na expansão e amadurecimento dos projetos existentes, assim como na contínua prospecção de novos projetos e o constante relacionamento com potenciais compradores de madeira de eucalipto, para, assim que estes estiverem disponíveis, a venda seja efetivada.

A obtenção de receitas dependerá do sucesso das operações em desenvolvimento e futuras, portanto, até que as operações se tornem rentáveis, a Nova Austrália depende do suporte financeiro dos acionistas em montantes suficientes para suprir os investimentos relacionados ao cumprimento de seus objetivos.

Valor justo
Em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024, o investimento do Fundo em ações da Nova Austrália Florestal S.A. estava avaliado pelo seu valor justo. Os laudos de avaliação do valor justo da Nova Austrália foram elaborados pela Consufor, uma empresa de consultoria especializada em negócios de base florestal. No desenvolvimento de consultoria na área de valuation, a Consufor dispõe de amplo arcabouço técnico e vasta experiência de seus associados, atendendo empresas nacionais e internacionais.

A metodologia utilizada na avaliação da Nova Austrália Florestal S.A. foi o fluxo de caixa descontado das receitas estimadas com a venda de madeira das florestas, considerando uma taxa de desconto de 8,11% (8,04% em 2024). O período projetado para avaliação do valor justo foi de 11 anos (11 anos em 2024). O estudo teve como data efetiva a posição patrimonial da Nova Austrália em 31 de dezembro de 2024 (2024: 31 de dezembro de 2023), com relatório emitido em 7 de março de 2025 (22 de fevereiro de 2024).

A Gestão e a Administração não identificaram eventos relevantes, entre a data de elaboração do laudo de avaliação econômico-financeira e a data-base do Fundo, que pudessem impactar o valor justo da Nova Austrália em 28 de fevereiro de 2025.

Demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras da Nova Austrália Florestal S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas pelo mesmo auditor do Fundo, com relatório de auditoria sem modificação de opinião, datado de 8 de maio de 2025 (2023: sem modificação

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

de opinião em 17 de maio de 2024).

(iv) Campos Verdes Florestal S.A.

Contexto operacional
A Campos Verdes Florestal S.A. ("Campos Verdes"), CNPJ: 42.762.838/0001-62, é uma sociedade por ações regida pelo estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. A Campos Verdes foi constituída em 16 de julho de 2021 e tem sede em Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul. A Campos Verdes tem o Fundo como acionista majoritário, com 99,99% das ações. A Campos Verdes tem por objetivo a realização, manejo e gestão de florestas de eucalipto para fornecimento de madeira para venda à indústria de celulose e papel, comércio atacadista de madeiras de eucalipto para a indústria de celulose e papel, comércio atacadista de madeiras nativas e de produtos florestais e subprodutos florestais e a gestão de atividades administrativas e de vendas.

O crescimento esperado da Campos Verdes tem base na expansão e amadurecimento dos projetos existentes, assim como na contínua prospecção de novos projetos e o constante relacionamento com potenciais compradores de madeira de eucalipto, para, assim que estes estiverem disponíveis, a venda seja efetivada.

A obtenção de receitas dependerá do sucesso das operações em desenvolvimento e futuras, portanto, até que as operações se tornem rentáveis, a Campos Verdes depende do suporte financeiro dos acionistas em montantes suficientes para suprir os investimentos relacionados ao cumprimento de seus objetivos.

Valor justo
Em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024, o investimento do Fundo em ações da Campos Verdes Florestal S.A. estava avaliado pelo seu valor justo. Os laudos de avaliação do valor justo da Campos Verdes foram elaborados pela Consufor, uma empresa de consultoria especializada em negócios de base florestal. No desenvolvimento de consultoria na área de valuation, a Consufor dispõe de amplo arcabouço técnico e vasta experiência de seus associados, atendendo empresas nacionais e internacionais.

A metodologia utilizada na avaliação da Campos Verdes Florestal S.A. foi o fluxo de caixa descontado das receitas estimadas com a venda de madeira das florestas, considerando uma taxa de desconto de 8,11% (8,04% em 2024). O período projetado para avaliação do valor justo foi de 12 anos (12 anos em 2024). O estudo teve como data efetiva a posição patrimonial da Campos Verdes em 31 de dezembro de 2024 (2024: 31 de dezembro de 2023), com relatório emitido em 7 de março de 2025 (2024: 22 de fevereiro de 2024).

A Gestão e a Administração não identificaram eventos relevantes, entre a data de elaboração do laudo de avaliação econômico-financeira e a data-base do Fundo, que pudessem impactar o valor justo da Campos Verdes em 28 de fevereiro de 2025.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras da Campos Verdes Florestal S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas pelo mesmo auditor do Fundo com relatório de auditoria sem modificação de opinião, datado de 8 de maio de 2025 (2023: sem modificação de opinião em 17 de maio de 2024).

(v) Nova Esperança Florestal S.A.

Contexto operacional
A Nova Esperança Florestal S.A. ("Nova Esperança"), CNPJ: 41.315.625/0001-20, é uma sociedade por ações regida pelo estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. A Nova Esperança foi constituída em 23 de março de 2021 e tem sede em Cuiabá, Estado do Mato Grosso. A Nova Esperança tem o Fundo como acionista majoritário, com 99,99% das ações. A Nova Esperança tem por objetivo a realização, manejo e gestão de florestas de eucalipto para fornecimento de madeira para indústria de geração de energia em usinas, comércio atacadista de florestas plantadas com plantios florestais conduzidos visando geração de energia em usinas, extração de madeiras em florestas plantadas e a gestão de atividades administrativas e de vendas.

O crescimento esperado da Nova Esperança tem base na expansão e amadurecimento dos projetos existentes, assim como na contínua prospecção de novos projetos e o constante relacionamento com potenciais compradores de madeira de eucalipto, para, assim que estes estiverem disponíveis, a venda seja efetivada.

A obtenção de receitas dependerá do sucesso das operações em desenvolvimento e futuras, portanto, até que as operações se tornem rentáveis, a Nova Esperança depende do suporte financeiro dos acionistas em montantes suficientes para suprir os investimentos relacionados ao cumprimento de seus objetivos.

Valor justo
Em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024, o investimento do Fundo em ações da Nova Esperança Florestal S.A. estava avaliado pelo seu valor justo. Os laudos de avaliação do valor justo da Nova Esperança foram elaborados pela Consufor, uma empresa de consultoria especializada em negócios de base florestal. No desenvolvimento de consultoria na área de valuation, a Consufor dispõe de amplo arcabouço técnico e vasta experiência de seus associados, atendendo empresas nacionais e internacionais.

A metodologia utilizada na avaliação da Nova Esperança Florestal S.A. foi o fluxo de caixa descontado das receitas estimadas com a venda de madeira das florestas, considerando uma taxa de desconto de 8,11% (8,04% em 2023). O período projetado para avaliação do valor justo foi de 12 anos (12 anos em 2024). O estudo teve como data efetiva a posição patrimonial da Nova Esperança em 31 de dezembro de 2024 (2024: 31 de dezembro de 2023), com relatório emitido em 7 de março de 2025 (2024: 22 de fevereiro de 2024).

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

A Gestão e a Administração não identificaram eventos relevantes, entre a data de elaboração do laudo de avaliação econômico-financeira e a data-base do Fundo, que pudessem impactar o valor justo da Nova Esperança em 28 de fevereiro de 2025.

Demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras da Nova Esperança Florestal S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas pelo mesmo auditor do Fundo, com relatório de auditoria sem modificação de opinião, datado de 8 de maio de 2025 (2023: sem modificação de opinião em 17 de maio de 2024).

(vi) Ipê Florestal S.A.

Contexto operacional
A Ipê Florestal S.A. ("Ipê"), CNPJ: 57.027.812/0001-48, é uma sociedade por ações regida pelo estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. A Ipê foi constituída em 27 de agosto de 2024 e tem sede em Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul. A Companhia tem como acionista majoritário, com 99,99% das ações, o Lacan Florestal III Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A Companhia tem por objetivo a realização, manejo e gestão de florestas de eucalipto para fornecimento de madeira para venda à indústria de celulose e papel, comércio atacadista de madeiras de eucalipto para a indústria de celulose e papel, comércio atacadista de madeiras nativas e de produtos florestais e subprodutos florestais e a gestão de atividades administrativas e de vendas.

A Ipê encontra-se em fase de desenvolvimento de suas operações, com foco na formação de ativos florestais. Desde sua constituição, a Ipê adota práticas sustentáveis no manejo e cultivo de florestas, fundamentando-se em regulamentos socioambientais nacionais e internacionais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios, com base no pressuposto da continuidade operacional.

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2024, capital circulante líquido negativo, o que indica que as obrigações de curto prazo superam os ativos circulantes. Ainda assim, a administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia e considerou os seguintes fatores: (i) o acionista majoritário assumiu compromisso formal de fornecer os recursos necessários para honrar as obrigações da Companhia com terceiros; e (ii) a intenção de manter o suporte financeiro à Companhia enquanto suas operações estiverem em fase de desenvolvimento.

Com base nesses elementos, a administração concluiu que a preparação das demonstrações financeiras com base na continuidade operacional é adequada.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Valor justo
Em 28 de fevereiro de 2025, o investimento do Fundo em ações da Ipê Florestal S.A. estava avaliado pelo valor de aquisição, em função do Gestor e Administrador terem concluído que não havia a viabilidade de realização da avaliação por valor justo da sociedade, pois, até o final da data de referência do *valuation* (dezembro/2024), a Ipê não havia iniciado as atividades operacionais, de modo que, além dos custos ordinários de manutenção da Ipê, não se vislumbrava despesas e/ou receitas significativas a serem apuradas que pudessem impactar a avaliação contábil.

A Gestão e a Administração não identificaram eventos relevantes, entre a data de elaboração do laudo de avaliação econômico-financeira e a data-base do Fundo, que pudessem impactar o valor justo da Ipê em 28 de fevereiro de 2025.

Demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras da Ipê Florestal S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por auditor independente, com relatório de auditoria sem modificação de opinião, datado de 8 de maio de 2025.

(vii) **Guarani Florestal S.A.**

Contexto operacional
A Guarani Florestal S.A. ("Guarani"), CNPJ: 51.374.434/0001-92, é uma sociedade por ações regida pelo estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. A Guarani foi constituída em 7 de julho de 2023 e tem sede em Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul. A Guarani tem o Fundo como acionista majoritário, com 99,99% das ações. A Guarani tem por objetivo a realização, manejo e gestão de florestas de eucalipto para fornecimento de madeira para venda à indústria de celulose e papel, comércio atacadista de madeiras de eucalipto para a indústria de celulose e papel, comércio atacadista de madeiras nativas e de produtos florestais e subprodutos florestais e a gestão de atividades administrativas e de vendas.

Valor justo
Em 29 de fevereiro de 2024, o investimento do Fundo em ações da Guarani Florestal S.A. estava avaliado pelo valor de aquisição, em função do Gestor e Administrador terem concluído que não havia a viabilidade de realização da avaliação por valor justo da sociedade, pois, até o final da data de referência do *valuation* (dezembro/2023), a Guarani não havia iniciado as atividades operacionais, de modo que, além dos custos ordinários de manutenção, não se vislumbrava despesas e/ou receitas significativas a serem apuradas que pudessem impactar a avaliação contábil.

O Administrador avaliou e até a data-base de 29 de fevereiro de 2024, não houve nenhuma variação no valor justo.

Em 28 de fevereiro de 2025, o Fundo não detinha posição em carteira de ações da Guarani Florestal S.A.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Opção de compra
Em Instrumento Particular de Contrato de Opção de Compra de Ações celebrado em 22 de dezembro de 2023 entre o Fundo e compradora, parte não relacionada, foi outorgada a opção de compra de 100% das ações da Guarani Florestal S.A. detidas pelo Fundo. A opção poderá ser exercida pela compradora a qualquer momento entre 1º de junho de 2024 e 31 de janeiro de 2025, pelo preço de R$ 75.000 atualizado pelo IPCA + 8,75% a.a.. Pelo preço de aquisição dessa opção, o Fundo recebeu o montante de R$ 10.470.

Em 22 de dezembro de 2023, a Guarani Florestal S.A. adquiriu da compradora os ativos florestais através da celebração do Contrato de Compra e Venda de Ativos Florestais. Os Ativos Florestais possuem código de certificação SCS-FM/COC-00029P e declaração FSC. Ainda na presente data, a compradora e a Guarani celebraram um Contrato de Prestação de Serviços através do qual a compradora prestará à Guarani Florestal S.A., a partir da presente data, serviços completos de manejo e a manutenção da floresta (eucalipto) localizada em áreas de propriedade da compradora.

A Administradora entende que o valor da transação, atualizado pelo IPCA + 8,75%, representa o valor justo da opção de compra em 15 de janeiro de 2025.

(viii) SP Energia Renovável S.A.

Contexto operacional
A SP Energia Renovável S.A. ("SP Energia"), CNPJ: 52.995.250/0001-02, é uma sociedade por ações regida pelo estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. A SP Energia foi constituída em 7 de julho de 2023 e tem sede em Três Lagoas, Estado do Mato Grosso do Sul. A SP Energia tem o Fundo como acionista majoritário, com 99,99% das ações. A SP Energia tem por objetivo a realização, manejo e gestão de florestas de eucalipto para fornecimento de madeira para venda à indústria de celulose e papel, comércio atacadista de madeiras de eucalipto para a indústria de celulose e papel, comércio atacadista de madeiras nativas e de produtos florestais e subprodutos florestais e a gestão de atividades administrativas e de vendas.

A SP Energia encontra-se em fase de desenvolvimento de suas operações.

O crescimento esperado da SP Energia tem base na expansão e amadurecimento dos projetos existentes, assim como na contínua prospecção de novos projetos e o constante relacionamento com potenciais compradores de madeira de eucalipto, para, assim que estes estiverem disponíveis, a venda seja efetivada.

A obtenção de receitas dependerá do sucesso das operações em desenvolvimento e futuras, portanto, até que as operações se tornem rentáveis, a SP Energia depende do suporte financeiro dos acionistas em montantes suficientes para suprir os investimentos relacionados ao cumprimento de seus objetivos.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Valor justo
Em 29 de fevereiro de 2024, o investimento do Fundo em ações da SP Energia Renovável S.A. estava avaliado pelo valor de aquisição, em função do Gestor e Administrador terem concluído que não havia a viabilidade de realização da avaliação por valor justo da sociedade, pois, até o final da data de referência do *valuation* (dezembro/2023), a SP Energia não havia iniciado as atividades operacionais, de modo que, além dos custos ordinários de manutenção da SP Energia, não se vislumbrava despesas e/ou receitas significativas a serem apuradas que pudessem impactar a avaliação contábil.

O Administrador avaliou e até a data-base de 29 de fevereiro de 2024, não houve nenhuma variação no valor justo.

Em 28 de fevereiro de 2025, o investimento do Fundo em ações da SP Energia Renovável S.A. estava avaliado pelo seu valor justo. Os laudos de avaliação do valor justo da SP Energia foram elaborados pela Consufor, uma empresa de consultoria especializada em negócios de base florestal. No desenvolvimento de consultoria na área de valuation, a Consufor dispõe de amplo arcabouço técnico e vasta experiência de seus associados, atendendo empresas nacionais e internacionais.

A metodologia utilizada na avaliação da SP Energia Renovável S.A. foi o fluxo de caixa descontado das receitas estimadas com a venda de madeira das florestas, considerando uma taxa de desconto de 8,11%. O período projetado para avaliação do valor justo foi de 14 anos. O estudo teve como data efetiva a posição patrimonial da SP Energia em 31 de dezembro de 2024, com relatório emitido em 7 de março de 2025.

A Gestão e a Administração não identificaram eventos relevantes, entre a data de elaboração do laudo de avaliação econômico-financeira e a data-base do Fundo, que pudessem impactar o valor justo da Ipê em 28 de fevereiro de 2025.

Demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras da SP Energia Renovável S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por auditor independente, com relatório de auditoria sem modificação de opinião, datado de 8 de maio de 2025 (2023: sem modificação de opinião em 15 de maio de 2024).

6 Instrumentos financeiros derivativos

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações sejam realizadas em bolsas de valores ou em bolsas de mercadorias e futuros exclusivamente para fins de proteção patrimonial por meio de operações com opções na modalidade “com garantia”, que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a carteira do Fundo ou no qual haja direito de conversão.

Nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024, o Fundo não realizou transações com instrumentos financeiros derivativos.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

7 Principais fatores de risco

Não obstante a diligência do Administrador, da Gestora e/ou dos membros do Comitê de Investimento, no que couber, em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos às flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o Administrador, a Gestora e/ou os membros do Comitê de Investimento mantenham rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o cotista.

Devem ser observados os seguintes fatores quanto à possibilidade de risco inerente aos ativos que comporão a carteira do Fundo e do FIP Master:

(i) as aplicações do FIP Master em cada Companhia-Alvo caracterizam operações cujo risco se concentra nas condições de demanda do mercado em que operam; e

(ii) as aplicações do Fundo nos ativos alvo poderão incorrer em diferentes espécies de risco, sendo os principais fatores os que seguem:

Riscos de Não Realização do Investimento

Não há garantias de que os investimentos pretendidos pelo FIP Master estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação de sua Política de Investimento, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo a não realização deles.

A não realização de investimentos em cada Companhia-Alvo ou a realização desses investimentos em valor inferior ao pretendido pelo FIP Master, considerando os custos do FIP Master e do Fundo, dentre os quais a Taxa de Administração, que incidirá também sobre o Capital Comprometido até o final do Período de Investimento, poderá afetar negativamente os resultados da Carteira e o valor da Quota.

Riscos de Liquidez

O volume inicial de aplicações no Fundo e a inexistência de tradição no mercado bursátil brasileiro de transações envolvendo quotas de fundos fechados fazem prever que as quotas de emissão do Fundo não apresentarão liquidez satisfatória.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, não havendo resgate de Quotas, a não ser pela sua liquidação do Fundo ou com o término do Prazo de Duração. Assim, o Quotista não terá liquidez em seu investimento, exceto (i) por ocasião das amortizações, desde que haja recursos disponíveis para tanto, ou (ii) se houver interessados em adquirir as Quotas. Esta última hipótese pode trazer ao investidor perda de patrimônio, se o preço praticado na alienação for inferior ao valor das Quotas. Além disso, o Fundo pode eventualmente não estar

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

apto a efetuar, dentro dos prazos estabelecidos no Regulamento, pagamentos relativos à Amortização de Quotas, em decorrência de condições de mercado ou outros fatores que acarretem a falta de liquidez dos ativos que compõem a Carteira do Fundo.

Riscos de Concentração

O Fundo poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em quotas de emissão do FIP Master, aumentando a exposição ao risco associado a ele. Em razão disso, o eventual insucesso relacionado a um investimento realizado pelo FIP Master pode vir a afetar negativamente outros investimentos do FIP Master e, consequentemente do Fundo, depreciando de forma significativa seu Patrimônio Líquido.

Riscos de Mercado

Os ativos financeiros que compõem a Carteira do Fundo podem estar sujeitos a oscilações de preços ou liquidez em função da reação dos mercados a eventos econômicos e políticos, tanto no Brasil, quanto no exterior, e a eventos específicos a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços desses ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, o que pode gerar mudanças nos padrões de comportamento de preços, sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a Carteira, o Patrimônio Líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda dos preços dos ativos integrantes da Carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por longos períodos e/ou indeterminados.

A precificação dos títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira do Fundo será realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações estabelecidas no Regulamento e na regulamentação em vigor. Por sua vez, os ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo terão seu valor de mercado apurado com base no valor justo, conforme a metodologia utilizada pela Administradora para a marcação a mercado dos diversos ativos que compõem as Carteiras de seus clientes ("Manual de Marcação a Mercado"). Esses critérios são atualizáveis periodicamente, aceitos pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, e aplicáveis aos fundos de investimento. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações no valor dos ativos do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor de suas Quotas.

Riscos de Crédito

Os ativos integrantes da Carteira do Fundo podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores de honrar os compromissos de pagamento de juros e principal ou de gerar e distribuir rendimentos — inclusive dividendos e juros sobre capital próprio — referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos e/ou na percepção

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora e/ou da Gestora, das respectivas Partes Relacionadas ou de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do FGC. Igualmente, nenhuma das pessoas acima promete ou assegura ao Quotista qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Quotas. Desse modo, os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente de cada Companhia- Alvo, as quais estão sujeitas a riscos diversos, e cujo desempenho econômico também está sujeito a riscos.

Risco de Descontinuidade

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembleia Geral poderá optar pela liquidação antecipada do Fundo. Nessas situações, os Quotistas, mesmo que discordem da deliberação assemblear, estarão sujeitos à liquidação antecipada e terão seu horizonte original de investimento reduzido. Com isso, os Quotistas poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora ou pela Gestora nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos e Regulatórios

O Fundo e o FIP Master estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e demais variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro. Medidas do Governo Federal para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária envolveram, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, controle de tarifas, mudanças legislativas, entre outras. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios do Fundo. Além disso, o governo federal, o Banco Central do Brasil e demais órgãos competentes poderão realizar alterações na regulamentação dos setores de atuação de cada Companhia-Alvo ou nos títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira do Fundo ou, ainda, outros relacionados ao próprio Fundo, o que poderá afetar sua rentabilidade.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Risco Relacionado às Companhias-Alvo e Risco Setorial

Devido às participações societárias do FIP Master nas Companhias-Alvo, todos os riscos operacionais de cada uma das Companhias-Alvo também são riscos operacionais do FIP Master e, consequentemente, do Fundo, uma vez que a performance do FIP Master e, consequentemente do Fundo, dependem da performance das Companhias-Alvo. A exploração agroflorestal, setor a que se dedicarão as Companhias-Alvo, é um negócio sujeito a diversos riscos, descritos nos parágrafos a seguir:

Parágrafo 1º. Em razão de o investimento ser a longo prazo, as perspectivas de referida indústria estão sujeitas a uma elevada taxa de incerteza. A título exemplificativo, as florestas de eucalipto requerem, no mínimo, 06 (seis) anos para crescer antes de estarem prontas para serem cortadas. Não há certeza na previsão das condições de mercado quando as árvores estiverem prontas para serem cortadas.

Parágrafo 2º. A dependência do comércio internacional pode afetar adversamente as Companhias-Alvo e suas respectivas sociedades controladas. Produtos de origem florestal são frequentemente destinados ao mercado externo. Portanto, quaisquer restrições ou proibições às importações adotadas por um país ou região podem afetar significativamente as exportações florestais do Brasil e, como resultado, o desempenho financeiro de cada Companhia-Alvo e suas respectivas sociedades controladas.

Parágrafo 3º. Cada Companhia-Alvo e suas sociedades controladas estão sujeitas a uma série de leis federais, estaduais e municipais, além de regulamentos destinados a proteger o meio ambiente. O cumprimento das normas ambientais é parte fundamental do negócio. O não cumprimento das normas ambientais sujeita as Companhias-Alvo a sanções cíveis, administrativas e penais, incluindo a exigência de voltar a terra afetada ao seu estado original e de remunerar todos os terceiros que tenham sofrido danos decorrentes de suas atividades em desrespeito às normas legais aplicáveis.

Parágrafo 4º. Os gastos relacionados com cumprimento das normas ambientais podem aumentar no futuro, além de possíveis comprometimentos quanto ao uso útil da terra e ao programa de realização operacional. Da mesma forma, para o desempenho normal de atividades, é necessária a obtenção de autorizações, licenças e alvarás junto a órgãos ambientais. A ausência de obtenção ou a falha em renovar qualquer destas autorizações, licenças e alvarás poderá impactar negativamente a capacidade de exercer as atividades e, consequentemente, obter os resultados.

Parágrafo 5º. A capacidade de implementar rentabilidade de cada Companhia- Alvo e suas sociedades controladas é altamente dependente de equipe de especialistas florestais, além de ser afetada por variáveis externas como falta de mão de obra operacional na região, fatores climáticos, tais como falta ou excesso de chuvas, chuvas de granizo, vendavais etc., e pragas e doenças. O negócio é complexo e exige que a

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

equipe de especialistas florestais não só tenha conhecimento aprofundado e formação no setor florestal, mas também que eles sejam capazes de implementar o plano de negócios, gerando rentabilidade.

Parágrafo 6º. É possível que cada Companhia-Alvo e suas sociedades controladas não sejam capazes de arrendar ou adquirir terras a preços razoáveis. Nos últimos anos, o investimento em terras no Brasil tem crescido substancialmente. Consequentemente, a demanda por terra que é utilizável para a exploração agroflorestal tem aumentado significativamente, e espera-se que tal demanda continue a aumentar. Assim, a Companhia-Alvo ou suas sociedades controladas podem não ser capazes de comprar ou arrendar imóveis bem localizados ou da melhor qualidade por um preço razoável, ou por qualquer preço, o que prejudicaria de forma relevante sua rentabilidade.

Parágrafo 7º. Devido às participações societárias do FIP Master nas Companhias-Alvo, todos os riscos operacionais de cada uma das Companhias-Alvo também são riscos operacionais do FIP Master, uma vez que a performance do FIP Master depende da performance das Companhias-Alvo. Nesse sentido, (i) a Carteira do FIP Master será concentrada em valores mobiliários emitidos pelas Companhias-Alvo, que ficarão invariavelmente expostos de forma concentrada na exploração agroflorestal. Não há nenhuma garantia de boa performance, solvência e continuidade das atividades das Companhias-Alvo conforme descrito nos parágrafos anteriores; (ii) a performance das Companhias-Alvo pode ser afetada por interferências legais em seus projetos e nos setores em que elas operam, bem como por ações judiciais nas quais as Companhias-Alvo figurem como demandadas; (iii) em virtude de diversos fatores relacionados à operação de agências públicas dos quais o Fundo pode depender no desempenho de suas operações, não há nenhuma garantia de que o FIP Master poderá exercer todos os seus direitos de sócio ou investidor das Companhia-Alvo ou de comprador ou vendedor de quotas e de outros valores mobiliários emitidos por essas Companhias-Alvo, ou de que, nos casos em que o FIP Master possa exercer esses direitos, os efeitos alcançados serão consistentes com os seus direitos originais ou serão obtidos dentro do período esperado.

Risco de Perdas Superiores ao Capital Comprometido

As eventuais perdas patrimoniais do Fundo estão limitadas ao valor do capital subscrito pelos Quotistas, nos termos descritos pelo Código Civil vigente, observado, contudo, que este regime de responsabilidade limitada pelos Quotistas, assim como o regime de insolvência dos fundos de investimento são inovações legais recentes que ainda não foram regulamentadas pela CVM, tampouco foram submetidas à revisão judicial. Caso (i) referidas inovações legais sejam restringidas pela regulamentação a ser estabelecida pela CVM; ou (ii) o Fundo seja colocado em regime de insolvência, e a responsabilidade limitada dos Quotistas seja questionada em juízo, os Quotistas poderão ser chamados a aportar recursos adicionais ao Fundo para fazer frente ao patrimônio negativo, em valor superior ao valor das Quotas por

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

ele detidas.

Outros Riscos Exógenos ao Controle da Administradora e da Gestora

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora e da Gestora, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da Carteira do Fundo, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre a rentabilidade do Fundo e o valor de suas Quotas.

8 Emissão, amortização e resgate de cotas

As cotas do Fundo correspondem frações ideais de seu patrimônio líquido, assumindo a forma nominativa e são mantidas em conta de depósito em nome de seus cotistas.

a. Emissão

Em 11 de junho de 2019, foi realizada a 1ª emissão de cotas do Fundo foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, composta de até 10.000 quotas, correspondentes a frações ideais do patrimônio do Fundo, e pertencentes a uma única classe que será realizada pelo próprio administrador. As quotas possuem forma nominativa e escriturais, com valor unitário de emissão de R$10, totalizando o montante da primeira emissão de até R$100.000. O Fundo encontra-se em período de investimento. As quotas da Primeira Emissão serão objeto de oferta pública realizada com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, direcionada a investidores profissionais, assim definidos pela Instrução CVM 539, e estarão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476.

Em 16 de junho de 2020, foi realizada a 2ª emissão de quotas do Fundo (“Segunda Emissão”), a ser composta por até 8.400 novas quotas, com valor unitário de R$ 10 cada, totalizando o montante de R$ 84.000. As quotas da Segunda Emissão (“Novas Quotas”) serão distribuídas por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Segunda Emissão”). A Oferta (i) será destinada a investidores profissionais, assim definidos nos termos da regulamentação aplicável; e (ii) será distribuída pela própria Administradora, nos termos do Art. 32 da Resolução CVM nº 21 de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada.

Os cotistas do Fundo aprovaram, através da Assembleia Geral de Cotistas realizada em 16 de junho de 2020, que a Administradora realize a emissão de novas cotas do Fundo após a 2ª emissão, caso as cotas da 2ª emissão não sejam integralmente subscritas até o limite do Patrimônio Autorizado do Fundo, qual seja, o montante total de R$ 100.000, ficando dispensada, para tanto, a realização de nova assembleia. A 2ª emissão foi encerrada em 27 de maio de 2021 e as cotas não foram integralmente subscritas.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Dessa forma, em 27 de setembro de 2021, por meio de Instrumento Particular de Deliberação, o Administrador resolveu aprovar a 3ª emissão de cotas do Fundo ("Terceira Emissão"), a ser composta por até 6.550 novas cotas, com valor unitário de R$ 10, totalizando o montante de R$ 65.500. As quotas da Terceira Emissão ("Novas Quotas") serão distribuídas por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Terceira Emissão"). A Oferta (i) será destinada a investidores profissionais, assim definidos nos termos da regulamentação aplicável; e (ii) será distribuída pela própria Administradora, nos termos do Art. 32 da Resolução CVM nº 21 de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada.

Nos termos do respectivo boletim de subscrição e instrumento particular de compromisso de Investimento, a integralização destas cotas deverá ocorrer mediante convocação do Administrador, mediante pedido da Gestora, aos investidores, através do envio, com a antecedência prevista no respectivo instrumento, de correspondência dirigida para os endereços constantes nos respectivos boletins de subscrição.

Fica a critério do Administrador, conforme orientação da Gestora, definir a quantidade de cotas a ser emitida, podendo o saldo não colocado de cotas ser cancelado pelo Administrador, mediante orientação da Gestora.

O Fundo possui uma única classe de cotas.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025, os cotistas do Fundo integralizaram o montante de R$ 7.611 (R$ 30.442 em 2024), representando 761,12 cotas emitidas (3.044,20 cotas em 2024).

b. Resgate

Não haverá resgate de Cotas, exceto quando do término do prazo de duração ou da liquidação do Fundo.

c. Amortização

O Fundo poderá realizar amortizações após o Período de Investimento, todos os recursos obtidos pelo Fundo em decorrência da alienação, total ou parcial, de seus investimentos, incluindo os dividendos ou juros sobre capital próprio distribuídos por cada Companhia-Alvo integrante da Carteira do Fundo, serão destinados à Amortização de cotas, observada a tributação aplicável. Será considera o valor da cota do dia imediatamente anterior ao do pagamento da amortização.

Também é previsto amortização de cotas em caso de chamada de capital, considerando-se como taxa de ingresso, conforme detalhado em **Nota Explicativa 10.(c) – Taxa de Ingresso.**

Período de Investimento significa o período de até 7 (sete) anos contados da Data de Início, o qual pode ser prorrogado pela Assembleia Geral.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

Período de desinvestimento significa o período de até 3 (três) anos compreendido entre a data de encerramento do Período de Investimento, conforme prorrogado, e o final do Prazo de Duração, sendo que o Período de Desinvestimento pode ser prorrogado pela Assembleia Geral.

Não ocorreram amortizações de cotas do Fundo nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024.

9 Serviços de gestão, controladoria e custódia

A carteira do Fundo é gerida pela Lacan Investimentos e Participações Ltda. ("Gestora"), instituição autorizada pela CVM para exercer a atividade de gestão de carteira de valores mobiliários.

Os serviços de tesouraria, custódia, controladoria de ativos da carteira do Fundo e escrituração e registro de cotas, são prestados pelo Administrador ("Banco Genial S.A.").

Os títulos públicos encontram-se custodiados na Selic.

As cotas de fundo encontram-se custodiados em seu respectivo administrador.

10 Taxas de administração, gestão e *performance*

a. Taxa de administração e gestão

Pela prestação dos seus serviços, o Administrador e a Gestora farão jus, durante o período de investimento, valor equivalente a 1,5% ao ano sobre o Capital Comprometido, corrigido anualmente pelo IPCA, de acordo com cada Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, acrescido do valor fixo de R$ 2,4 ao mês, durante os primeiros 12 meses e R$ 3 a partir do 13º mês; e (ii) após o período de investimento, valor equivalente a 1,5% ao ano sobre o Capital Integralizado, corrigido anualmente pelo IPCA, acrescido do valor fixo de R$ 3, corrigido anualmente pelo IPCA.

A Taxa de Administração será distribuída entre Administradora, Gestora e demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, na forma que vier a ser estabelecida em documento próprio.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 o Fundo apropriou despesa de taxa de administração e gestão no montante de R$ 1.445 (R$ 1.377 em 2024) e encontra-se registradas na rubrica "Remuneração da Administração e Gestão", conforme detalhado na **Nota Explicativa nº 14.**

Em 28 de fevereiro de 2025 o capital comprometido do Fundo era de R$ 95.548 (91.144 em 2024), corrigido pelo IPCA, de acordo com cada Instrumento Particular de Compromisso de Investimento.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

b. Taxa de performance

Adicionalmente a Taxa de Administração, a Gestora fará jus à Taxa de Performance, de acordo com as seguintes regras:

(i) Efetuado o pagamento, aos Cotistas, de restituição do Capital Integralizado devidamente corrigido pelo IPCA, acrescido de 6% (seis por cento) ao ano, capitalizado e calculada a rentabilidade pro rata die, considerando o ano de 252 dias úteis, por meio de rendimento ou Amortização em recursos e/ou títulos e valores mobiliários, quaisquer outros pagamentos aos Cotistas resultantes do retorno de seus investimentos deverão observar a seguinte proporção: (a) 80% (oitenta por cento) serão pagos aos Cotistas a título de distribuição de rendimentos ou pagamento de Amortização; e (b) 20% (vinte por cento) serão pagos diretamente pelo Fundo, à Gestora, a título de Taxa de Performance; ou

(ii) Na hipótese de Encerramento Antecipado da Gestão, sem Justa Causa, a Taxa de Performance será calculada pro rata, e provisionada em até 30 (trinta) dias do evento, a Taxa de Performance será calculada de acordo com a fórmula abaixo, em que será considerado um ganho de capital hipotético e tomar-se-á por referência a avaliação de ativos realizada nos termos da regulamentação aplicável, na data do Encerramento Antecipado da Gestão, somados os pagamentos já efetuados aos Cotistas, a qualquer título, deduzido o Capital Investido corrigido pelo IPCA.

No exercício findo em 28 de fevereiro de 2025 o Fundo reconheceu uma Reversão de taxa de performance no montante de R$ 977 (Despesa de Taxa de Performance de R$ 1.402 em 29 de fevereiro de 2024) e apresenta saldo a pagar de R$ 1.296 (saldo a pagar de R$ 2.273 em 2024).

c. Taxa de ingresso

Será devida pelos Novos Cotistas, uma taxa de ingresso (com efeito de equalização temporal dos cotistas do Fundo), que será calculada a cada chamada de capital, da seguinte forma:

(i) No Dia Útil imediatamente anterior à data da primeira integralização em que participem os novos cotistas, os novos cotistas pagarão uma Taxa de Ingresso equivalente a: (i) subtração entre (x) o Capital Integralizado pelos cotistas Anteriores, corrigido pelo IPCA mais 6% (seis por cento) ao ano, pro rata temporis, considerando um ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, e (y) o valor histórico do Capital Integralizado pelos cotistas Anteriores; e (ii) o resultado do item (i) dividido pelo valor histórico do Capital Integralizado pelos Cotistas Anteriores;

(ii) O valor equivalente à Taxa de Ingresso será utilizado para a imediata amortização parcial das cotas, na proporção equivalente às cotas integralizadas ("Amortização de Equalização"). Assim, considerando que, nesse momento, o capital integralizado pelos Novos Cotistas será equivalente a zero, apenas os Cotistas Anteriores farão jus ao recebimento da Amortização de Equalização;

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

(iii) Caso, após a primeira chamada de capital dos Novos Cotistas, a Equalização ainda não seja alcançada, a chamada de capital subsequente deverá repetir o procedimento previsto nos itens (a) e (b) acima, observado que, nesse caso, o capital a ser integralizado pelos Novos Cotistas deverá ser acrescido do valor de Amortização de Equalização a que fariam jus (gross-up), de forma que o valor efetivamente recebido a título de Amortização de Equalização seja igual a zero.

A **Amortização de Equalização** (i) estará condicionada à subscrição e integralização das Novas Cotas; (iii) será paga Dia Útil anterior à integralização de cada chamada de capital das Novas Cotas, observado o mecanismo de Equalização; (iv) será atribuída proporcionalmente a cada Cotista Anterior, de acordo com suas datas de subscrição e integralização de cotas; e (v) será paga à vista, via ordem de pagamento ou depósito na conta corrente de titularidade do cotista anterior.

O procedimento previsto no regulamento será aplicado para todos os Investidores Autorizados que subscrevam Novas Cotas, ainda que já sejam Cotistas do Fundo, em decorrência da subscrição de emissões anteriores.

Não houve cobrança de taxa de ingresso nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024.

11 Tributação

a. IOF

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao IOF.

b. Imposto de renda

Em 13 de dezembro de 2023 foi publicada a Lei nº 14.754 (“Lei 14.754”), que dispõe, entre outras matérias, da tributação do Fundo de Investimento em Participações (FIP).

A partir de janeiro de 2024 os FIPs que observarem os requisitos abaixo listados, conjuntamente, estarão sujeitos ao Regime Específico dos Fundos Não Sujeitos à Tributação Periódica, com incidência de Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15% na data da distribuição de rendimentos, amortização ou resgate de cotas:

(i) Enquadramento como entidade de investimento, devendo possuir gestão profissional, representada por agentes ou prestadores de serviços com poderes para tomar decisões de investimento e de desinvestimento de forma discricionária, com o propósito de obter retorno por meio de apreciação do capital investido ou de renda, ou ambos, na forma regulamentada pela Resolução CMN nº 5.111 de 21 de dezembro de 2023.

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

(ii) Os fundos que cumprirem os requisitos de alocação, de enquadramento e de reenquadramento de carteira previstos na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Fundo
A carteira do Fundo é isenta de tributação.

Cotista
O Fundo está sujeito ao Regime Específico dos Fundos Não Sujeitos à Tributação Periódica e seus cotistas estão sujeitos a:

a) Para cotista residente, os rendimentos das aplicações no Fundo ficarão sujeitos ao Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15% (quinze) na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.

b) Para cotista investidor não residente ou domiciliado no exterior, não residente ou domiciliado em país com tributação favorecida, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo CMN, fica reduzida a 0% (zero) a alíquota de Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos nas aplicações do Fundo, inclusive nos resgates e amortizações de cotas.

Na apuração do imposto de renda, as perdas apuradas no resgate de cotas de fundos de investimento poderão ser compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores, no mesmo Fundo ou em outro fundo de investimento com o mesmo regime tributário e administrado pela mesma pessoa jurídica em que o cotista possua investimentos.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas imunes, isentos ou sujeitos às regras específicas, na forma da legislação em vigor.

12 Principais encargos debitados do Fundo

Os encargos debitados ao Fundo e seus percentuais, em relação ao patrimônio líquido médio no exercício, estão apresentados da seguinte maneira:

	Exercício findo em 28/02/2025		Exercício findo em 29/02/2024	
	Valor	**%**	**Valor**	**%**
Remuneração da Administração e Gestão	1.445	1,69	1.377	2,75
Taxa de performance	-	-	1.402	2,80
Despesas de publicações	3	-	-	-
Taxa de fiscalização – CVM	20	0,02	11	0,02
Auditoria e custódia	89	0,10	49	0,10
Total	**1.557**	**1,81**	**2.839**	**5,67**
Patrimônio líquido médio	**85.269**		**50.006**	

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

13 Rentabilidade

O Patrimônio líquido médio, o valor da cota e a rentabilidade, com base na variação da cota foram:

Exercício findo em	Valor da cota	Patrimônio Líquido Médio	Rentabilidade (%)
Em 28 de fevereiro de 2025	13.359,2402	85.269	2,47
Em 29 de fevereiro de 2024	13.037,8267	50.006	3,66

A rentabilidade obtida no passado não é garantia de resultados futuros.

14 Operações realizadas com partes relacionadas

a) Disponibilidade:

Em 28 de fevereiro de 2025, o Fundo possuía depósitos em conta corrente no Administrador no montante de R$ 4 (R$ 4 em 2024).

b) Despesas com partes relacionadas:

Nos exercícios findos em 28 de fevereiro de 2025 e 29 de fevereiro de 2024, as despesas com parte relacionadas estão descritas a seguir:

Despesa	Parte relacionada	28/02/2025
Taxa de Administração/Gestão	Banco Genial S.A. / Lacan Investimentos e Participações Ltda.	1.458
Total		**1.458**

Passivo	Parte relacionada	28/02/2025
Taxa de Administração/Gestão	Banco Genial S.A. / Lacan Investimentos e Participações Ltda.	117
Taxa de Performance	Lacan Investimentos e Participações Ltda.	1.296
Total		**1.413**

Despesa	Parte relacionada	29/02/2024
Taxa de Administração/Gestão	Banco Genial S.A. / Lacan Investimentos e Participações Ltda.	1.377
Taxa de Performance	Lacan Investimentos e Participações Ltda.	1.402
Total		**2.766**

Passivo	Parte relacionada	29/02/2024
Taxa de Administração/Gestão	Banco Genial S.A. / Lacan Investimentos e Participações Ltda.	110
Taxa de Performance	Lacan Investimentos e Participações Ltda.	2.273
Total		**2.383**

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

15 Política de divulgação das informações

As informações obrigatórias relativas ao Fundo estão disponíveis na sede da Administradora assim como junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

16 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

17 Alterações estatutárias

Em alteração estatutária, por meio de instrumento particular do Administrador e do Gestor, realizada em 20 de dezembro de 2024, o Administrador aprovou as seguintes alterações no Regulamento, para sua adaptação às exigências das Regras e Procedimentos ANBIMA, tendo em vista que o Fundo se classifica como Fundo que integra ESG Espelho:

(a) Inclusão do link para a Política ESG da gestora do Fundo, com a descrição das diretrizes, regras, procedimentos, critérios e controles internos que serão adotados para a integração de fatores ambientais, sociais e de governança na Política de Investimento do FIP Master;

(b) Inclusão do link para acesso ao Formulário de metodologia ESG e ao Relatório de reporte ESG do FIP Master, bem como redação correspondente ao previsto nas Regras e Procedimentos ANBIMA no objetivo do Fundo, classificado como fundo que integra ESG espelho; e

(c) Inclusão de obrigação do Gestor de realizar controle periódico para (a) monitorar o FIP Master com vistas a demonstrar que está acompanhando o investimento e o cumprimento do estabelecido em sua política de investimento; e (b) adotar plano de ação caso o FIP Master se desenquadre e deixe de buscar a integração ESG.

18 Informações adicionais

a. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Informamos que o Administrador, no exercício, não contratou serviços da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

b. Regulação CVM

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM 175 em 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, em substituição à Instrução CVM nº 578, destacando-se, entre outros: (i) a regulamentação da responsabilidade limitada dos cotistas; (ii) a possibilidade de criação pelos fundos de classes

Docusign Envelope ID: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62

com patrimônio segregado e subclasses; (iii) a maior flexibilização para investimentos no exterior pelos fundos; e a (iv) segregação das responsabilidades do Gestor e do Administrador dos fundos. As alterações introduzidas pela nova resolução entrariam em vigor a partir de 03 de abril de 2023, tendo os fundos em funcionamento prazo para adaptação integral até 31 de dezembro de 2023.

Em 28 de março de 2023, foi publicada a Resolução CVM 181, que promoveu alterações pontuais na Resolução 175, passando o prazo de adaptação integral dos fundos em funcionamento para 31 de dezembro de 2024, com exceção dos FIDCs, que devem adaptar-se até 1º de abril de 2024. A nova Resolução prorrogou o início da vigência da Resolução 175 para 2 de outubro de 2023.

Em 31 de maio de 2023 a CVM publicou a Resolução 184 com a inserção de diversos Anexos Normativos e ajustes pontuais à Resolução CVM nº 175. Como data inicial da vigência, foi sugerido 2 de outubro de 2023, mesma data em que a Resolução CVM 175 entrará em vigor. Os impactos da nova regulamentação sobre o Fundo estão em avaliação pelo Administrador.

No exercício social findo em 28 de fevereiro de 2025, o Fundo permanecia regulamentado pela Instrução CVM nº 578. Atualmente, Administração do Fundo está tomando as medidas necessárias para adaptação do mesmo à nova regulamentação, dentro dos prazos estabelecidos na norma.

Em 12 de março de 2024, foi publicada a Resolução CVM 200, que que prorrogou o prazo da indústria de fundos para se adequar à Resolução 175, passando os prazos para: (i) 1 de outubro de 2024: implementação da estrutura de classes e subclasses e do art. 99 que trata do acordo de remuneração entre classes investidas e investidoras; (ii) 1 de outubro de 2024: adoção da segregação de taxas entre os prestadores de serviços; (iii) 29 de novembro de 2024: prazo para adaptação do estoque de FIDCs; (iv) 30 de junho de 2025: prazo para adaptação do estoque dos demais fundos em funcionamento quando da publicação da regra. O Anexo Normativo III da 175 também foi pontualmente alterado para permitir a constituição de ônus reais sobre os imóveis da classe de cotas.

19 Eventos subsequentes

Por meio de Instrumento Particular do Administrador e do Gestor, datado de 26 de junho de 2025, foi realizada a adaptação aos novos requerimentos da Resolução CVM nº 175/22.

* * *

Gabrielle das Neves Oliveira
Contadora
CRC RJ 097090/O-4

Cintia Sant'ana de Oliveira
Diretora
CPF: 026.654.557-22

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 375F8C13-EC99-4E54-AF32-633DB6C7BB62
Status: Concluído
Assunto: Complete com o Docusign: LACANFLORESTALIIIFEEDERPRIVATEFIPMUL25.FEV (DF).pdf
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Envelope fonte:
Documentar páginas: 38
Assinaturas: 1
Certificar páginas: 2
Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
Renato C Fernandes
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
São Paulo, São Paulo 04538-132
renato.cfernandes@pwc.com
Endereço IP: 201.56.164.188

Rastreamento de registros

Status: Original 04 de julho de 2025 | 14:55	Portador: Renato C Fernandes renato.cfernandes@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 04 de julho de 2025 | 16:12	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Pedro Sousa pedro.sousa@pwc.com Senior Manager PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor da assinatura: AC Certisign RFB G5 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	DocuSigned by: Pedro Sousa 4F3336AE46E3421... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 201.56.5.228	Enviado: 04 de julho de 2025 | 15:01 Reenviado: 04 de julho de 2025 | 15:44 Visualizado: 04 de julho de 2025 | 16:03 Assinado: 04 de julho de 2025 | 16:12

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Renato C Fernandes renato.cfernandes@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	Copiado	Enviado: 04 de julho de 2025 | 16:12 Visualizado: 04 de julho de 2025 | 16:12 Assinado: 04 de julho de 2025 | 16:12

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
elaine valente elaine.valente@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	**Copiado**	Enviado: 04 de julho de 2025 | 16:12 Visualizado: 04 de julho de 2025 | 16:23

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	04 de julho de 2025 | 15:01
Envelope atualizado	Segurança verificada	04 de julho de 2025 | 15:43
Envelope atualizado	Segurança verificada	04 de julho de 2025 | 15:43
Entrega certificada	Segurança verificada	04 de julho de 2025 | 16:03
Assinatura concluída	Segurança verificada	04 de julho de 2025 | 16:12
Concluído	Segurança verificada	04 de julho de 2025 | 16:12

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora